

# A imposição ontológica no processo de constituição do objeto de estudo marxiano

*The ontological imposition in the process of constituting the marxian object of study*

**Bárbara Isabela Soares de Souza\***

## **Resumo**

Fundamentado pela leitura do último Lukács, este artigo concebe o pensamento marxiano como uma teoria social. Nesta ótica, suas elaborações oferecem uma explicação tanto do ser social na particularidade burguesa, cuja base econômica é constituída pelo sistema de produção capitalista, quanto da universalidade do ser social, cujos traços essenciais independem do tempo histórico e dos distintos modos de produzir a vida material. Esse estudo retoma a trajetória intelectual marxiana até 1844, ano em que se tornou pública a sua primeira crítica sistemática à economia política clássica por meio dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Busca-se indicar que a inquietação que motivou o filósofo alemão ao enfrentamento de seu objeto de estudo foi, antes de tudo, de caráter ontológico, voltada à compreensão do *ser* da sociabilidade que se erigia sob as ruínas da feudalidade.

**Palavras-chave:** pensamento marxiano; imposição ontológica; teoria social

## **Abstract**

Based on a reading of Lukács's later works, this article conceives of Marxist thought as a social theory. From this perspective, his elaborations offer an explanation of both the social being in its bourgeois particularity, whose economic base is constituted by the capitalist production system, and the universality of the social being, whose essential traits are independent of historical time and the distinct modes of producing material life. This study retraces Marx's intellectual trajectory up to 1844, the year in which his first systematic critique of classical political economy was published through the *Economic and philosophical manuscripts*. It seeks to indicate that the unease that motivated the German philosopher to confront his object of study was, above all, ontological in nature, aimed at understanding the being of sociability that arose from the ruins of feudalism.

**Keywords:** Marxist thought; ontological approach; social theory

---

\* Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG). Contato: [barbaraiss@ufg.br](mailto:barbaraiss@ufg.br)

“Ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social [...]”.  
(György Lukács)

## Introdução

O excerto que compõe a epígrafe acima delineada, cuja autoria é de György Lukács, está situado nas primeiras linhas do capítulo introdutório da obra *Para uma ontologia do ser social*<sup>2</sup>, também conhecida como *Grande ontologia*<sup>3</sup> ou apenas *Ontologia*. É com essa exaltação à dedicação de Marx aos estudos ontológicos, que Lukács abre as análises que irão dar corpo a essa extensa e profunda obra, que ocupa um lugar de centralidade no seu projeto de contribuir para um renascimento do marxismo. Renascimento esse que teria a retomada da impoção ontológica de Marx como *conditio sine qua non*, colocando-se na contramão da concepção gnosiológica-epistemológica que tende a limitar o seu pensamento a um método de investigação científica.

A tarefa de retomar essa impoção ontológica implica, antes de tudo, reconhecer a influência de Hegel na obra do revolucionário alemão, entendendo que “[...] a relação de Marx com o pensamento hegeliano foi uma relação profunda e duradoura, concretizando o que o próprio Hegel designava por *superação* [...]”, (Netto, 2020, p. 71) caracterizando um processo marcado pelo movimento concomitante de negação e conservação crítica de suas formulações teórico-filosóficas. Em termos mais precisos,

O correcto juízo sobre a relevância histórico-universal da revolução teórico-filosófica operada por Marx continua relacionado, conforme o último Lukács, com o papel desempenhado pela reflexão hegeliana. Se, para a ontologia marxista do ser social, o processo de trabalho aparece (e, com ele, a práxis) no centro da totalidade dinâmica que é o próprio ser social, é necessário recordar que, no pensamento de Hegel já se localizam os elementos dos quais Marx irá socorrer-se para fundar uma nova compreensão ontológica do fenômeno sócio-humano. Com efeito, Hegel (descobriu no trabalho a forma de existência ontológico-real da teleologia e, assim, resolveu correctamente uma antiquíssima antinomia filosófica, a da rígida contraposição entre uma teleologia dirigida à transcendência e o domínio exclusivo da causalidade na ontologia. Uma verdadeira ontologia do ser social é impossível sem um justo contraste entre a causalidade da natureza e a teleologia do trabalho, sem esclarecer as suas concretas inter-relações dialéticas. (Netto, 1978, p. 71)

Entendemos que as elaborações marxianas nos concedem uma explicação sobre a *essência do ser social*, tanto no que concerne ao ser social na particularidade burguesa, cuja base econômica é constituída pelo sistema de produção capitalista, quanto no que diz respeito à universalidade do ser social, cujos traços essenciais independem do tempo histórico e dos distintos modos de produzir a vida material. Desta forma, nos apoiamos na concepção lukacsiana de que a teoria que se encontra registrada no conjunto das obras sistematizadas por Marx, incluindo-se aqui os manuscritos elaborados em colaboração com Friedrich Engels, compõem uma complexa e extensa *teoria social*.

Esta ontologia marxiana *não desce do céu para a terra*, isto é, não concebe como ponto de partida aquilo que os seres humanos “[...] dizem, imaginam, representam, nem do que são nas palavras, no pensamento, imaginação e representação de outros para, a partir daí, chegar nos homens de carne e osso [...]”. (Marx e Engels, 2011, p. 51-25) Na contramão da tradição filosófica alemã, Marx toma como referência os seres

<sup>2</sup> Considerando a extensão da obra lukacsiana *Para uma ontologia do ser social*, a sua publicação está organizada em dois tomos. O excerto de texto destacado na epígrafe, está localizado, especificamente, no primeiro tomo da obra.

<sup>3</sup> A *Grande ontologia* ou, apenas, *Ontologia*, corresponde à obra *Para uma ontologia do ser social* em sua totalidade, abrangendo os seus dois tomos. Há uma *Pequena ontologia*, intitulada por Lukács como *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Esta obra é posterior à *Grande ontologia*, de forma que a sua sistematização corresponde à necessidade de Lukács em elaborar uma síntese articuladora entre o tratamento histórico sobre a ontologia e o tratamento teórico-sistemático das categorias ontológicas marxianas. José Paulo Netto, autor da Apresentação da obra *Para uma ontologia do ser social I*, publicada pela Boitempo, declara que “[...] trata-se, efetivamente, de obras complementares; o título *Prolegômenos* não é casual: mesmo redigidos depois da *Ontologia*, são como que uma introdução a ela”. (Netto, 2018, p. 18)

humanos em sua atividade real, instituindo como fundamento basilar de suas análises o terreno vivo da práxis humana: a realidade concreta. Não se trata de uma apreensão mecanicista e meramente contemplativa desse concreto real, à semelhança do espelhamento imediato e estático característico do materialismo vulgar, mas de sua apreensão como uma totalidade articulada, cuja investigação envolve o desvelamento de seus determinantes históricos, políticos e econômicos, de suas mediações e contradições internas, com vistas à sua radical transformação.

O momento preponderante desta concreticidade complexa e articulada corresponde à produção e reprodução da vida, tendo em vista que “o primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos [...]”. (Marx e Engels, 2011, p. 44) Esta permanente produção dos meios de existência ocorre em condições materiais determinadas, a partir dos recursos naturais disponíveis e do legado social acumulado e objetivado pela práxis das gerações precedentes. O modo como os seres humanos conduzem esta produção da vida material condiciona a totalidade do seu ser social, determinando suas capacidades objetivas, suas relações sociais e suas formas de consciência. Disto decorre que a produção real da vida não é realizada com vistas a conceder respostas apenas aos carecimentos radicados na conservação biológica, mas está relacionada à garantia da reprodução de uma forma de ser, de um *modo de vida*<sup>4</sup> específico a uma particularidade histórica.

Os fundamentos desta teoria social não foram constituídos a um só golpe, correspondendo ao saldo do trabalho investigativo de toda uma vida, um processo que, conforme declara Netto (2020, p. 48), “[...] implicou giros e revisões, continuidades e mudanças, todavia plasmando-se *unitariamente* [...]”. Nesse estudo, nos debruçamos na retomada da trajetória intelectual marxiana até 1844, ano em que se tornou pública a sua primeira crítica sistemática à economia política clássica por meio dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Esta obra representa a inauguração de seu interesse pelo desvelamento da sociabilidade burguesa e seu modo de produzir a vida material, ao mesmo tempo em que figura ponto de partida para a sistematização de sua crítica ao pensamento burguês clássico, cujas máximas expressões correspondem à filosofia hegeliana e à própria tradição clássica da ciência econômica.

Como antes delineado, compreendemos, a partir da leitura lukacsiana, que a inquietação que motivou Marx ao enfrentamento desse objeto de estudo foi, antes de tudo, de caráter ontológico, de modo a compreender o *ser* da sociabilidade que se erigia sob as ruínas da feudalidade. Diante disso, o primeiro tópico deste estudo versa sobre a particularidade alemã, explicitando como o seu tardio processo de objetivação das bases econômicas capitalistas impediu que Marx estabelecesse contato com a nova sociabilidade até meados dos seus vinte e cinco anos de idade. Todavia, estas circunstâncias não impediram relevantes avanços em sua trajetória, como é caso da formação em filosofia, o envolvimento com a esquerda hegeliana, o encontro com o materialismo de Feuerbach e o desencontro com o idealismo de Hegel e, ainda, a experiência jornalística. Estes últimos acontecimentos são abordados no segundo tópico deste estudo. O terceiro tópico, por sua vez, trata de sua experiência parisiense e o impacto promovido pelo contato com um capitalismo em avançado estágio de constituição. A partir de 1843, Marx vivenciou o concreto real burguês e a luta de classes que lhe era particular, dedicando-se ao desvelamento de seu ser social.

### **1. Do conflito entre as misérias herdadas e as misérias modernas: o nascimento e a juventude de Marx**

O concreto real alemão em que Marx nasceu e viveu os primeiros vinte e cinco anos de sua vida foi marcado pelo conflito entre o velho e o novo: de um lado, os insistentes resquícios da feudalidade e, de outro, os primeiros respiros da ordem social burguesa. No período de 1818 a 1830, que abarcou desde seu nascimento até os seus doze anos de idade, a práxis social particular à Alemanha ainda se apresentava pouco – ou nada – modificada. A partir de seus treze anos, o jovem pôde acompanhar o início das lentas mudanças que colocaram em movimento o processo de objetivação da base econômica capitalista, cujos avanços foram observados apenas três décadas depois.

<sup>4</sup> Esta expressão é utilizada por Marx e Engels (2011, p. 44) em *A ideologia alemã*.

Enquanto a Alemanha dava os seus primeiros passos na transição entre um modo de produção e outro, as nações euro-ocidentais, sobretudo a França e a Inglaterra, apresentavam um estágio avançado na constituição do moderno fenômeno industrial. No que tange à destruição da sociabilidade feudal e a constituição da sociabilidade burguesa nestas nações, uma classe social específica exerceu um papel decisivo, uma classe cuja formação escapava à hierarquia dos estamentos feudais, uma vez que sua constituição não obedecia aos laços naturais que ditavam as relações entre os seres humanos: a burguesia. Esta classe surgiu das entranhas do Ancien Régime para conceder respostas à necessidade social de dar um destino ao excedente que começou a existir graças ao avanço das forças produtivas feudais, ocupando-se, inicialmente, de trocá-lo entre um feudo e outro, entre uma região e outra. A cada ação objetivada pelos indivíduos singulares que se ocupavam destas atividades de intercâmbio, foram colocadas em movimento uma série de cadeias causais que modificaram, paulatinamente e radicalmente, as relações de produção feudais, incidindo na retomada do uso da moeda, na formação de rotas comerciais entre as distintas regiões e no reflorescimento das cidades medievais.

Na medida em que esta classe enriquecia e se avolumava o seu interesse pela expansão das atividades comerciais – uma vez que isto também significava um alargamento de seu poderio econômico –, tomava consciência da necessidade de romper com os entraves feudais, reconhecendo o estamento nobiliárquico como o seu primeiro oponente histórico. O caminho político tomado envolveu a construção de alianças com a monarquia, convencendo-a a exercer concretamente a sua soberania absoluta e proceder frente ao golpe derradeiro que destruiria as bases da feudalidade: a unificação nacional. Embora a burguesia tenha protagonizado os movimentos econômicos e políticos fundamentais ao enfraquecimento da feudalidade, não esteve sozinha no campo de batalhas, usufruindo das forças do campesinato e da plebe urbana para lidar com as revoluções e contrarrevoluções que não raro integraram esta dinâmica histórica.

Ao reunir as forças de burgueses, camponeses e plebeus, os movimentos revolucionários garantiram a eliminação dos traços feudais que ainda resistiam às mudanças que já estavam em curso. Se antes interessava à burguesia a manutenção de uma aliança com a monarquia – como se verificou durante o regime político da monarquia absolutista –, com o avanço das mudanças no modo de produção e, consequentemente, das relações sociais, esse interesse se desfez. Em decorrência disso, os monarcas foram depostos, julgados, condenados e executados, atos que demarcaram com certa veemência a morte da feudalidade e o nascimento de outra sociabilidade. Assim, as revoluções democrático-burguesas cumpriram o relevante papel político de “[...] completar essa obra, em purificar mais ou menos o Estado nacional dos resquícios feudais e burocrático-absolutistas existentes, em torná-lo adequado às finalidades da sociedade burguesa [...]”. (Lukács, 2020, p. 45)

No que tange à particularidade alemã, o processo de transição da feudalidade à ordem social burguesa não foi marcado pelo protagonismo de uma classe representante de interesses universais e, tampouco, por revoluções democráticas que reunissem as forças interessadas na suplantação do Ancien Régime, caracterizando, como denominou Lênin (1982), a “via prussiana”. O termo “transição” cumpre bem o papel de designar esta passagem de uma sociabilidade à outra, tendo em vista o caráter conciliador de um processo em que a burguesia alemã, incapaz de realizar um papel revolucionário, elegeu o caminho mais cômodo: a via da pacificação entre o velho e o novo mediante um pacto com a nobreza feudal. Cumpre assinalar que não se tratou de mera escolha, já que a burguesia alemã não teve condições objetivas de se fortalecer economicamente e politicamente o suficiente para deflagrar um combate à feudalidade. De acordo com Lukács (2020, p. 38), as fracas relações de intercâmbio entre as diferentes regiões do território alemão, combinado ao “[...] deslocamento das vias comerciais – que se verificou em consequência da descoberta da América e do novo caminho para a Índia, desmantelando as rotas comerciais que passavam dentro da Alemanha – [...]”, limitaram o desenvolvimento desta classe.

Em decorrência disso, na contramão de uma unificação nacional, a Alemanha vivenciou o fortalecimento da parcialização feudal, formando pequenos Estados absolutistas-feudais, cujo poder político manifestava o pacto entre o velho e o novo. Segundo o filósofo húngaro,

[...] Burguesia e pequena burguesia são muito mais dependentes das cortes do que em outro lugar da Europa ocidental, por isso forma-se entre elas servilismo, mesquinhez, pequenez, baixeza e miserabilidade difíceis de serem encontrados na Europa da época. E com a estagnação do desenvolvimento econômico da Alemanha não chegam a se formar, ou, se chegam, é com muita debilidade, aqueles setores plebeus que ficam à margem da hierarquia feudal dos estamentos e que constituem a força propulsora mais decisiva nas revoluções da época moderna nascente. (Lukács, 2020, p. 41)

A ausência de uma burguesia com pretensões revolucionárias fez com que o território alemão permanecesse longos anos preso aos resquícios da feudalidade, ao mesmo tempo em que lidava com o processo de avanço das forças do capital. Segundo Engels (1977), o desenvolvimento das bases econômicas da sociabilidade burguesa ocorreu mediante *lentas e medíocres reformas*, de modo que coube ao governo instituir medidas que derrubavam, paulatinamente, os interesses aristocráticos, abrindo caminho para a ascensão dos interesses burgueses. Em termos marxianos, a Alemanha padecia dos mortos e dos vivos, das misérias herdadas e das misérias modernas, das *deficiências bárbaras do ancien régime* e das *deficiências civilizadas do mundo político moderno*<sup>5</sup>, fruto da “[...] permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas [...]”. (Marx, 2017b, p. 114)

Embora o território alemão não tivesse acompanhado o revolucionamento das bases políticas e econômicas no mesmo período em que se desenrolou nas nações euro-ocidentais, o fez “[...] por meio da atividade abstrata do pensamento, sem tomar parte ativa das lutas reais desse desenvolvimento”. (Marx, 2013, p. 159) Concomitante à dinâmica que se desenrolava no solo material destas nações, a produção ideológica também passou a expressar o intento democrático-burguês, colocando em questão a imagem de mundo pertencente à ontologia religiosa que concedia unidade ideológica ao *Ancien Régime*, cujo cerne estava na crença em um pôr teleológico divino que a tudo havia criado: natureza e sociedade. A arma utilizada na contraposição à tal ontologia foi o desenvolvimento dos meios mais adequados à correta apreensão da realidade, objetivando compreendê-la em sua própria legalidade.

Portanto, em contraposição à ontologia bíblico-religiosa, o projeto democrático-burguês desenvolveu uma imagem de mundo “[...] terrenalmente orientada, cientificamente fundada [...]”, (Lukács, 2018, p. 125) radicada, sobretudo, nos princípios das ciências da natureza. Para esta perspectiva, os fenômenos naturais e sociais – cujas categorias eram concebidas sem nenhuma distinção ontológica – eram regidos por leis naturais, objetivas, invariáveis e independentes da ação humana. A investigação científica desses fenômenos envolvia os mesmos processos de observação, abstração e experimentação, objetivando capturar os seus nexos internos sem a intervenção de outros fenômenos. Esses nexos, por sua vez, eram reduzidos, segundo Lukács (2018), à sua pura essência quantitativa, resultando em uma interpretação matemático-formal das leis que regiam os fenômenos.

A contribuição alemã ao movimento revolucionário se deu no âmbito da literatura e da filosofia, ou seja, “[...] os alemães *pensaram* o que as outras nações *fizeram* [...]”. (Marx, 2013, p. 157) O território germânico foi responsável por dar vida à grandes intelectuais, cujas elaborações se tornaram, em determinado momento, liderança ideológica do mundo burguês, como é o caso de Immanuel Kant [1724-1804], Johann Fichte [1762-1814] e Friedrich Hegel [1770-1831] na filosofia e, ainda, Gotthold Lessing [1729-1781], Johann Goethe [1749-1832], Friedrich Schiller [1759-1805] e Heinrich Heine [1797-1856] na literatura. (Netto, 2020; Lukács, 2018) No que tange, especialmente, à filosofia alemã, Marx (2013) concede ênfase ao sistema hegeliano e sua crítica ao direito e ao Estado, concebendo-o como a máxima expressão de sua tradição idealista, uma vez que “[...] alcançou a sua versão mais consistente, rica e completa”. (Marx, 2013, p. 157)

Para esta tradição, a consciência humana e suas formas de representação possuem uma autonomia quanto ao solo material da existência, consistindo no verdadeiro no motor da dinâmica humana. Disto resulta que tais intelectuais se contentaram em permanecer na análise do pensamento puro, ignorando a realidade alemã e o seu tardio processo de objetivação das bases econômicas da sociabilidade burguesa. Com efeito, conforme nos indicam Marx e Engels (2011) e Lukács (2018), houve uma

<sup>5</sup> Ambas as expressões em itálico são utilizadas por Marx (2013, p. 159).

tentativa de *idealização do atraso alemão*, instituindo que o real revolucionamento da humanidade não seria prático, mas teórico, tal como se desenrolava naquele território. “Segundo certos ideólogos alemães, a Alemanha teria sido o cenário, nos últimos anos, de uma revolução sem paralelo. [...] Uma revolução diante da qual a Revolução Francesa tornou-se uma brincadeira infantil [...]”. (Marx e Engels, 2011, p. 37-38)

Opondo-se a esta mistificação, Marx (2013) declara que as revoluções dependem de uma base material, de modo que os avanços alcançados na atividade abstrata do pensamento não substituem as rupturas que devem ser realizadas na atividade prática humana. Não era suficiente que a ideologia alemã estivesse vinculada à consciência revolucionária que havia se destacado do solo material das nações euro-ocidentais. Era necessário, antes de tudo, que a própria realidade estivesse compelida à completa destruição das barreiras feudais. Portanto, “[...] não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compeli-la a si mesma em direção ao pensamento [...]”. (*ibidem*, p. 158)

Em termos mais precisos, a Alemanha acompanhou a ascensão ideológica burguesa, período em que os ideólogos burgueses consideravam a “[...] realidade como um todo racional, cujo conhecimento e conseqüentemente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana”. (Coutinho, 2010, p. 22) Diante disso, interessava-lhes avançar na sistematização de uma representação científica e, portanto, desantropomorfizada, dessa realidade. Desta forma,

[...] À conquista da natureza pela racionalidade matemática, responsável pelo extraordinário florescimento das ciências físicas, alia-se - nos mais destacados pensadores da época - uma explícita afirmação do caráter racional dos processos históricos-sociais; à dialética cósmica de Bruno ou de Spinoza, vem juntar-se à específica dialética histórica de Vico, Herder e Hegel. A compreensão do real como totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos são momentos determinantes da nova racionalidade em elaboração. (Coutinho, 2010, p. 25-26)

A relevância em situar esse período de ascensão ideológica na formação humana de Marx reside em demarcar que, no contexto histórico de seu nascimento e juventude, os ares respirados estavam sendo oxigenados pelas máximas elaborações filosóficas, artísticas, literárias e científicas já produzidas pelos ideólogos burgueses. Formulações estas que, para além do racionalismo, estavam sustentadas por três núcleos centrais, sendo:

[...] O *humanismo*, a teoria de que o homem é o produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico). (Coutinho, 2010, p. 26)

Isto significa que o “caldo cultural” (Netto, 2020) que Marx tomou em seus anos de juventude estava plenamente temperado pelo racionalismo, o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética. Netto (2020) concede necessário destaque a dois encontros estabelecidos por Marx com o pensamento racionalista nesses anos de juventude: o *primeiro* está localizado nas suas relações familiares, tendo em vista que o seu pai, Heinrich Marx, possuía uma orientação racionalista iluminista, demonstrando maior aproximação com os autores franceses, sobretudo, Rousseau e Voltaire; o *segundo*, diz respeito à sua educação formal, que ocorreu no *Gymnasium de Trier*, escola pública que apresentava uma clara orientação racionalista, bem como uma concepção de formação humana sustentada pela apropriação dos clássicos da filosofia, da arte e da literatura.

Considerando que as bases da formação humana de Marx ocorreram em um período de ascensão ideológica, o seu pensamento será herdeiro das categorias acima delineadas. Isto significa que, no decorrer do processo de constituição da teoria social marxiana, o racionalismo, o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética vão assumindo contornos cada vez mais delineados, sobretudo quando consideradas estas três últimas categorias. No que tange ao racionalismo, o qual não figura ponto pacífico na interpretação do pensamento marxiano, compreendemos que este se faz

presente enquanto possibilidade de explicação ontológica da realidade e não como um postulado gnosiológico-epistemológico. Isto posto, o filósofo alemão seria um depositário do racionalismo na medida em que concebe a realidade enquanto uma totalidade articulada, cujas mediações entre os múltiplos e complexos determinantes devem/podem ser apreendidos pela razão humana.

## 2. Da formação acadêmica à experiência jornalística: o direcionamento do olhar marxiano aos <sup>TM</sup>interesses materiais"

Quando Marx ingressou na Faculdade de Direito na Universidade de Berlim<sup>6</sup> em 1837, o pensamento burguês não mais se fundamentava na necessidade de sistematização de uma imagem científica e correta da realidade, radicando-se na tendência decadente que havia se colocado em curso em 1830. O avanço do moderno fenômeno industrial e o subsequente acirramento do antagonismo de classes nas nações euro-ocidentais, foram responsáveis por colocar em questão o caráter científico do pensamento burguês, de modo que a urgência em conservar a sociabilidade capitalista culminou na formulação de teorias apoloéticas, as quais se ocupavam de justificar os seus limites e contradições, advogando por uma pretensa harmonia nas relações sociais. A decadência ideológica burguesa correspondeu, portanto, à:

[...] Liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica [...]. Agora fogem também os ideólogos da burguesia, preferindo inventar os mais vulgares e insípidos misticismos, a encarar de frente a luta de classes entre burguesia e proletariado, a compreender cientificamente as causas e a essência desta luta. (Lukács, 2020, p. 100)

Uma vez alinhada ao processo de ascensão do pensamento burguês, a Alemanha também acompanhou a sua decadência, sendo a decomposição do hegelianismo um de seus desdobramentos. Desta forma, a inserção de Marx na Universidade de Berlim ocorreu em um período em que estava em curso a dissolução da mais avançada teoria filosófica burguesa, compondo um cenário de fervorosos debates. Convém destacar que Hegel havia sido professor desta universidade por treze anos, especificamente, no período de 1818 a 1831 – ascendendo, inclusive, ao cargo de reitor –, o que contribuiu para que a instituição se tornasse o centro de suas elaborações no território germânico. De acordo com Netto (2020), o confronto de ideias que movimentava o círculo intelectual berlinense estava motivado, de um lado, pelo próprio processo de dissolução de uma filosofia de tamanha grandeza e, de outro lado, pelos distintos posicionamentos quanto à funcionalidade das formulações hegelianas aos confrontos ideopolíticos alemães.

Naquele cenário, esse confronto ideológico dividia-se entre os *jovens* e os *velhos* hegelianos, também conhecidos como a *esquerda* e a *direita* hegeliana, respectivamente. Conforme aponta Frederico (2009), a direita hegeliana apresentava um posicionamento conservador, enfatizando “[...] o sistema de Hegel como uma realidade consumada e, através dele, procurava defender a monarquia prussiana”. (*ibidem*, p. 19) A esquerda hegeliana, por sua vez, opunha-se ao sistema filosófico geral de Hegel, incorporando o seu método dialético, objetivando inferir desdobramentos revolucionários para o combate ao reacionário governo prussiano. Para isso, “[...] recorria ao caráter negativo da dialética para argumentar que o movimento ininterrupto da *Ideia* nunca cessa e, portanto, em sua marcha ascendente, superaria o presente, negaria o Estado prussiano monárquico, anunciaria novos tempos”. (*ibidem*, p. 19)

Marx adentra o contexto universitário com disposição para dedicar-se seriamente às tarefas acadêmicas, participando das mesmas com certa intensidade. Netto (2020) afirma que seus estudos iniciais versavam sobre a filosofia do direito, debruçando-se na obra de Johann Fichte e Immanuel Kant. Todavia, o idealismo subjetivo que marcava o pensamento desses filósofos alemães caminhava na contramão de sua concepção de que no processo investigativo “[...] é necessário se deter para escutar

<sup>6</sup> Antes de ingressar na Universidade de Berlim, Marx cursou Direito na Universidade de Bonn (1835-1836). A pedido de seu pai, transferiu-se para Berlim para dar continuidade à sua formação acadêmica.

atentamente o próprio objeto em seu desenvolvimento, sem se empenhar em imputar-lhe classificações arbitrárias”, (Marx, 2021, p. 14) conforme escrito pelo próprio Marx em uma das cartas destinadas a seu pai. Essa constatação o leva a se aproximar das elaborações hegelianas, dando início, como mencionado no tópico introdutório, à sua profunda e duradoura relação com Hegel.

Logo, se insere no debate filosófico em curso, passando a compor o círculo de jovens que formavam a esquerda hegeliana. É nesse contexto que estabelece contato com relevantes intelectuais, como é o caso de Bruno Bauer, Arnold Ruge e Ludwig Feuerbach<sup>7</sup>, com os quais desenvolverá uma relação de parceria intelectual, caracterizada por momentos de aproximação, distanciamento e, ainda, de rompimento. Uma vez inserido no confronto ideológico em curso, Marx decide se afastar dos estudos localizados no âmbito do direito, dedicando-se inteiramente à filosofia.

Entre fins de 1839 e todo o ano de 1840, Marx mergulha de maneira especial, mas não exclusiva, na história da filosofia grega pós-aristotélica (ele nutria já grande admiração por Aristóteles). Pesquisa sem descanso, percorre as fontes originais, devora textos clássicos e – consolidando o estilo de trabalho intelectual que relatara na carta ao pai de novembro de 1837 – colige suas anotações/ reflexões em oito cadernos. O exame desses materiais, de que só uma pequena parte serviria à elaboração da sua dissertação doutoral, demonstra que Marx então se movia com inteiro desembaraço no âmbito da concepção hegeliana da história da filosofia, já superando claramente os limites do idealismo subjetivo; sobretudo, movia-se com grande autonomia, formulando juízos e apreciações bem distintos dos que Hegel avançara na sua História da filosofia [...]. (Netto, 2020, p. 83)

A sua proximidade com as elaborações hegelianas também é observada em seu texto doutoral, intitulado Diferenças entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro, que não foi submetido à avaliação da Universidade de Berlim, sendo encaminhado para apreciação na Universidade de Jenna. Sem demora, Marx recebeu a outorga da instituição, adquirindo o título de Doutor em Filosofia em 1841. Embora essa dissertação esteja fundamentada na obra de Hegel e seu idealismo objetivo, já apresenta indícios de um direcionamento materialista e um posicionamento político democrata radical, os quais se fazem cada vez mais presentes em seus escritos posteriores.

Importa destacar o encontro marxiano com Ludwig Feuerbach, intelectual que, como supracitado, também compartilhava do círculo social dos jovens hegelianos, cujas formulações filosóficas se tornarão uma referência para a formação do pensamento do revolucionário alemão, sobretudo porque estabeleceu a necessidade de desenvolver uma reflexão teórica de cunho materialista. Através da obra *A essência do cristianismo*, publicada em 1841, Feuerbach estabelece severas críticas às formulações hegelianas e ao idealismo mistificador que as sustentam, defendendo que há uma realidade objetiva, cuja existência independe do espírito.<sup>8</sup> Para o autor, as reflexões filosóficas

<sup>7</sup> Na biografia de Marx, Netto (2020) trata pormenorizadamente da relação estabelecida pelo filósofo alemão com cada um destes intelectuais. Considerando os limites desse estudo, cabe apenas assinalar alguns elementos centrais dessas interlocuções. Marx manteve uma relação de amizade pessoal com Bruno Bauer até meados de 1842/1843. Mais tarde, em colaboração com Friedrich Engels, direcionou diversas críticas ao idealismo baueriano, destacando-se *A sagrada família* (1845), obra que consolidou o afastamento entre ambos. Em 1842, Marx aproximou-se de Ruge, tendo em vista o interesse em comum de combater a miséria alemã. Em parceria, criaram em solo parisiense os *Anais franco-alemães*, cuja breve existência decorreu do rompimento entre os dois. Tal ruptura foi resultado de uma polêmica em torno da rebelião dos tecelões da Silésia, ocasião em que Marx dedicou uma dura e irônica crítica ao posicionamento de Ruge. Ludwig Feuerbach, por sua vez, foi uma relevante referência para o filósofo alemão, influenciando, sobretudo, a sua passagem do idealismo objetivo hegeliano ao materialismo. O afastamento do materialismo feuerbachiano ocorreu gradualmente, à medida que Marx identificava seus limites teóricos na apreensão do movimento do real. *As Teses sobre Feuerbach*, elaboradas em 1845, registram seminais críticas marxianas ao seu pensamento, ao mesmo tempo em que instituem relevantes apontamentos sobre uma nova concepção materialista de ser humano e sociedade. Cumpre assinalar que este texto permaneceu inédito até 1888, tratando-se, portanto, de uma publicação póstuma.

<sup>8</sup> De acordo com Húngaro (2014, p. 22), “[...] Hegel, na Fenomenologia do Espírito, afirmava que o dado primário era o espírito. Este entra em contradição consigo próprio e dilacera-se. Nesse processo de autodilaceramento, o espírito aliena-se e põe o mundo (sai de si mesmo) [...]”.

devem partir, necessariamente, desta realidade. Esta obra alcançou expressivo impacto na esquerda hegeliana, de forma que “Marx participou desse ‘entusiasmo geral’: saudou enfaticamente a essência do cristianismo e percebeu com clareza que a contribuição de Feuerbach introduzia no debate hegeliano componentes novos e originais [...]”. (Netto, 2020, p. 104)

Ao obter o título de doutor, o jovem alemão objetivava iniciar sua carreira acadêmica, assumindo a cadeira de professor do magistério superior na Universidade de Berlim. Entretanto, os seus planos fracassaram em 1841, quando Frederico Guilherme IV, assumindo o governo da Prússia, um dos territórios que integravam a Confederação Germânica, realizou uma intervenção na Universidade de Berlim, objetivando dar fim à herança hegeliana que ali permanecia. Para isto, o monarca entregou a instituição nas mãos de Schelling, um filósofo opositor à Hegel que tratou de realizar a “limpeza” que lhe havia sido incumbida. A inserção na imprensa foi a alternativa profissional que se delineou na sucessão desses acontecimentos, de forma que, segundo Netto (2020), Marx se vinculou entre 1841 e 1842 à Gazeta Renana, inicialmente, como um colaborador, assumindo, em seguida, o cargo de diretor.

Marx, que ainda não havia completado 25 anos, revelou como diretor do jornal uma incrível maturidade política. A Gazeta Renana buscava realizar a unificação de todas as forças progressistas alemãs, numa ampla oposição, profundamente enraizada na vida nacional, contra o regime reacionário de Frederico Guilherme IV, com o objetivo de liquidar radicalmente o absolutismo alemão. A Gazeta, como escreveu Marx num editorial, atribuiu-se como tarefa principal “deslocar para a Alemanha os numerosos olhares fixados na França e fazer assim nascer um liberalismo alemão e não francês. (Lukács, 2009, p. 133)

De acordo com Lukács (2009), enquanto desempenhou suas atividades jornalísticas na Gazeta Renana, ainda influenciado pelo idealismo hegeliano, Marx publicou artigos sobre as problemáticas locais e regionais, como, por exemplo, a lei do divórcio, a lei de censura à imprensa, além de acompanhar de forma próxima as assembleias da Dieta Renana e publicar suas análises sobre as mesmas. Isto significa que a experiência jornalística exigiu que o filósofo alemão se mantivesse atento aos movimentos sociais e políticos que se desenhavam na realidade concreta, ou seja, a Gazeta Renana colocou-o em uma posição temporária de se desvincular da batalha das ideias filosóficas, obrigando-o a dedicar o seu olhar à materialidade. Posteriormente, em 1859, no prefácio de uma das suas obras clássicas, Marx menciona esta experiência, salientando a necessidade que lhe foi colocada de voltar o seu olhar aos “interesses materiais”. Nas palavras do próprio filósofo alemão,

Minha área de estudos era a jurisprudência, à qual, todavia, eu não me dediquei senão de um modo acessório, como uma disciplina subordinada relativamente à Filosofia e à História. Em 1842-1843, na qualidade de redator da Rheinische Zeitung [Gazeta Renana], *encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais [...]*. (Marx, 2008, p. 46)

Lukács (2009) enfatiza que, nos artigos da Gazeta Renana, Marx assumiu um posicionamento democrata radical, embora ainda não se considerasse um socialista, travando embates em favor das massas populares oprimidas. A partir das reflexões por ele desenvolvidas, “[...] tornou evidente como a exploração feudal e a exploração capitalista se conjugavam nas ‘tentativas de reforma’ românticas empreendidas por Frederico Guilherme IV [...]”. (Lukács, 2009, p. 139) Portanto, diante do desafio que lhe foi colocado de se manter atento à materialidade da particularidade alemã, o filósofo alemão identificou o movimento histórico de transição dos ordens sociais, explicitando em suas análises as características e contradições desse processo, evidenciando, de um lado, como os traços do *Ancien Régime* figuravam um empecilho ao desenvolvimento social da Alemanha e, de outro lado, como as pretensões capitalistas da burguesia alemã encontravam ressonância nesse contexto reformista.

Há um conjunto de textos jornalísticos que deve ser aqui destacado por ser ilustrativo desse olhar atento à materialidade. Trata-se de um compilado composto por cinco textos publicados entre outubro e novembro de 1842, os quais tratavam sobre o direito consuetudinário dos catadores de lenha. Nesses escritos, Marx se debruçou sobre a lei do furto de madeira instituída pelo monarca naquele mesmo ano, que previa duras penalizações àqueles que, objetivando sobreviver às baixas temperaturas, recolhessem a madeira seca do chão. Em sua análise, o filósofo alemão declarou que esta

lei “[...] conseguiu converter um direito consuetudinário dos pobres em monopólio dos ricos [...]”, (Marx, 2017b, p. 87) explicitando o avanço das formas da propriedade privada na Alemanha através da apropriação privada da natureza.

Marx estabeleceu severas críticas ao interesse privado, afirmando que este possui uma “alma mesquinha, lenhosa, desalmada e egoísta”. (Marx, 2017b, p. 88) Para além disso, evidencia que o Estado, enquanto agente legislador, estava contribuindo para a legitimação desses interesses.

[...] O verdadeiro legislador não pode temer nada além da injustiça, mas o interesse do legislador só conhece o temor diante das consequências do direito, o temor diante dos vilões contra os quais há leis. *A crueldade é o caráter das leis ditadas pela covardia, pois a covardia só consegue ser enérgica sendo cruel. O interesse privado, no entanto, sempre é covarde*, porque seu coração, sua alma, é um objeto exterior que sempre pode ser tirado dele e danificado, e quem não treme diante do perigo de perder o coração e a alma? Como poderia agir com humanidade o legislador movido por seu próprio interesse, dado que o inumano, um ser material estranho, é seu ser supremo? (Marx, 2017b, p. 89; ênfase adicionada)

Dada a natureza dos artigos publicados na Gazeta Renana, o jornal tornou-se objeto de censura e repressão, cuja circulação foi proibida pelas autoridades prussianas em 1843. O resultado desse breve – porém profícuo – período de atuação no jornal, foi a constituição do “[...] momento mais alto do jornalismo democrático-burguês alemão e, ao mesmo tempo, um importante ponto de inflexão no desenvolvimento do próprio Marx”. (Lukács, 2009, p. 135) Esta inflexão corresponde à necessidade que lhe foi colocada pela experiência jornalística de fixar o seu olhar aos “interesses materiais”, afastando-se, por ora, dos debates de natureza puramente filosófica.

Isto posto, quando considerado o processo de constituição do pensamento marxiano, a experiência jornalística não deve ser desvalorizada. A análise da realidade concreta da Alemanha o provocou profundamente, de forma a identificar a relevância em dedicar o seu olhar investigativo à materialidade, à objetividade da realidade social. Embora a prioridade ontológica da objetividade não apareça delineada em contornos nítidos nas obras do jovem Marx, se consolidará como uma das características do seu pensamento.

Cumprido assinalar que tais atividades jornalísticas também o possibilitaram identificar um distanciamento com a filosofia hegeliana, especialmente no que dizia respeito à sua concepção de Estado. Segundo Netto (2020), objetivando se aprofundar nos fundamentos desta filosofia e, sobretudo, realizar um enfrentamento crítico à sua concepção de Estado, Marx se dirigiu à Kreuznach, uma pequena cidade alemã, onde se dedicou intensamente às leituras sobre história e teoria política indispensáveis a esta tarefa investigativa. “[...] Agora, o que o motiva, enquanto democrata revolucionário, é a luta contra a monarquia institucional e a sua justificação por parte de Hegel [...]”. (Lukács, 2009, p. 142) O saldo desta experiência foi a sistematização dos *Manuscritos de Kreuznach*<sup>9</sup>, um caderno de estudos que posteriormente foi publicado com título de *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, em que estão registradas as suas anotações sobre a obra *Filosofia do direito*. Ao se debruçar no conteúdo da obra,

[...] Marx levantou-se com a impetuosidade de um jovem polemista recém-saído de uma experiência jornalística de luta contra o Estado prussiano. Os *Manuscritos de Kreuznach* foram um momento único na história da filosofia, momento em que um pensador ainda imaturo enfrentou, num combate decisivo, a obra de um filósofo consagrado, no seu momento de mais extremado conservadorismo. E não se intimidou com a estatura do seu adversário. Ao contrário, encarou-o com irreverência, seguindo o desenrolar de sua argumentação por meio de citações do texto que faziam se acompanhar de uma refutação indignada e ferina. (Frederico, 2009, p. 50-51)

<sup>9</sup> Os *Manuscritos de Kreuznach* também são conhecidos como “Manuscritos de 1843” ou como “primeira crítica à Hegel” ou apenas como a *Crítica de 1843*. A “segunda crítica à Hegel” foi publicada em 1844 nos *Anais franco-alemães* com o título de *Crítica à filosofia do direito de Hegel - Introdução*, um texto que, diferentemente dos Manuscritos de 1843, não está organizado a partir dos comentários de estudo de Marx em cada parágrafo da obra de Hegel. A Introdução foi organizada especificamente para publicação no jornal, apresentando avanços significativos nas posições teóricas marxianas.

Conforme aponta Frederico (2009), para Hegel, a sociedade civil é marcada por conflitos radicados na existência de interesses pessoais e corporativos díspares, cabendo ao Estado, na pessoa do monarca, organizar racionalmente tal sociedade. Nesta lógica, “[...] o Estado, portanto, é o local onde predominam os interesses universais encarnados em um indivíduo singular”. (Frederico, 2009, p. 57) Marx, que já havia voltado o seu olhar à materialidade da realidade social e identificado que o Estado não encarnava interesses gerais, mas legislava, mormente, em favor do interesse privado, promove uma inversão nesta concepção hegeliana. Na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, o Estado não é concebido como mediação universal dos interesses gerais e privados, mas como ente alienado de uma representação também alienada da contraposição público/privado. Além disso, o filósofo alemão delineia a concepção de que Estado e sociedade civil não são entes apartados, configurando uma relação dialética, em que esse primeiro se caracteriza como expressão jurídico-política desse último.

A estadia de Marx em Kreuznach teve um caráter apenas temporário, pois o filósofo alemão pretendia deslocar-se até a França para dar início a um novo projeto jornalístico que estava sendo há algum tempo gestado. Isto significa que o fechamento da Gazeta Renana não consistiu em um abandono do seu compromisso teórico-político de analisar a situação social da Alemanha e, sobretudo, de se posicionar contra a monarquia institucional. Em decorrência da repressão prussiana, esse plano não poderia assumir existência concreta no interior do próprio território alemão, tornando-se necessário expandir os horizontes para conseguir desenvolvê-lo. Desta forma, foi em solo parisiense que os *Anais franco-alemães* – um órgão de imprensa que objetivava “[...] combater a *miséria alemã* e o *status quo* conexo a ela mediante a conjunção do pensamento filosófico alemão com a crítica social francesa [...]” (Netto, 2020, p. 85) – ganham vida, fruto da colaboração entre Marx e Ruge.

### **3. Do primeiro encontro com o concreto real burguês: o estudo dos representantes teóricos da burguesia e do proletariado**

Como antes mencionado, Marx nasceu e viveu sua juventude em um cenário marcado pelo conflito entre as *misérias herdadas* e as *misérias modernas*, entre as resistentes *ruínas da feudalidade alemã* e os *primeiros respiros da ordem social burguesa*, de modo que, até a sua passagem por Kreuznach, não havia conhecido as transformações sociais colocadas em movimento pelo avanço do moderno fenômeno industrial. Apenas quando se radicou em Paris em novembro de 1843 teve a oportunidade de conhecer “[...] o mundo problemático, fascinante e desafiador posto pelo capitalismo em florescimento e pela ordem burguesa em constituição – ou, se quiser – o mundo da Modernidade [...]”. (Netto, 2020, p. 67)

Na capital francesa, a luta de classes particular à nova sociabilidade já se encontrava suficientemente evidenciada, garantindo que burgueses e proletários desenvolvessem uma consciência teórico-prática do antagonismo que permeava os seus interesses. Disto resulta que,

Paris, naqueles anos 1840, era a caixa de ressonância das lutas sociais que pipocavam por todo o país. Sua população, com fortes tradições associativas, tinha crescido muito na primeira metade do século XIX – passara de cerca de 600 mil habitantes, em 1800, para mais de 1 milhão em 1850 (em 1856, um censo contou na cidade 1.130.488 pessoas) –, e as notícias e informações, bem como os boatos, circulavam velozmente, graças à existência de incontáveis jornais, panfletos e pasquins de todos os tipos. Mas a capital era irradiadora de novas ideias, e não só para a França, mas também para a Europa, uma vez que a literatura político-social francesa influía à distância de milhares de quilômetros e Paris registrava a presença de imenso contingente de imigrantes (nele, a maior “colônia” era de alemães), envolvendo dezenas de milhares de europeus continentais, desde artesãos e trabalhadores em busca de emprego até perseguidos políticos das mais diversas origens. É nessa Paris [...] que Marx, obviamente impactado pelo seu caráter de metrópole capitalista, descobre os *trabalhadores* [...]. (Netto, 2020, p. 119-120)

O seu envolvimento com os círculos operários ocorreu com celeridade, de modo a se dedicar com vigor às suas reuniões e demais atividades políticas, bem como ao estudo de seus representantes teóricos. Naquele momento, se inaugurou o seu vínculo político-prático com esta classe, que se fortaleceria nos próximos anos, reverbe-

rando em seu pensamento e nas obras elaboradas a partir de então. O saldo desse mergulho na literatura revolucionária foi a transição de seu posicionamento como um democrata radical para um comunista, inflexão que, para Netto (2020), figurou a mais decisiva transformação de sua trajetória intelectual.

Concomitante ao seu encontro com os representantes do proletariado, ocorreu o primeiro contato com os representantes científicos da burguesia, especificamente as elaborações teóricas da economia política clássica. Esse contato ocorreu por meio de um ensaio engelsiano intitulado *Esboço de uma crítica da economia política*, encaminhado ao crivo dos *Anais franco-alemães* – o órgão de imprensa que o havia levado à Paris – para a sua posterior veiculação. Além de atuar no jornal como um colunista, Marx figurava como um de seus editores e, nessa posição, recebia textos de outros autores e selecionava-os conforme o escopo dos *Anais*. Ao tomar contato com o referido ensaio, o filósofo alemão não apenas procedeu com sua publicação, mas o tomou como referência para os seus estudos da economia política.

No texto, Engels (2020) convida os representantes desta teoria social para um diálogo – sobretudo, Adam Smith, David Ricardo e John McCulloch – e, na medida em que toma as categorias por eles elaboradas como objeto de análise, denuncia o olhar naturalizante dedicado às leis econômicas, o qual incorria em uma superficial apreensão dos determinantes essenciais dessas leis. Todavia, para o autor, esta superficialidade não se tratava de um equívoco acidental, indicando que tais formulações estavam vinculadas aos interesses do modo de produção que, em 1844, apresentava um avançado desenvolvimento.

Marx que, até o momento, pouco conhecia sobre esta teoria econômica, foi profundamente impactado pelo texto engelsiano, de tal forma a assumir com intensa diligência – como lhe era costumeiro – a tarefa de se apropriar dos conhecimentos produzidos pelos economistas políticos. Desde então, “[...] o foco da sua atenção foi a economia política: percorreu milhares de páginas dos economistas; apenas entre janeiro e agosto, examinou cerca de uma vintena de autores, entre os quais Smith, Ricardo, Say, Mill, Boisguillebert e Law [...]”. (Netto, 2020, p. 129) Seguindo o seu habitual método de estudo, não se dedicou apenas à leitura das obras, registrando em seus cadernos os trechos que lhe apresentavam certa relevância, bem como os seus próprios comentários analíticos.

O saldo desta primeira aproximação sistemática com esses autores e suas respectivas formulações foi a construção de dois manuscritos, os quais ficaram conhecidos como os *Cadernos de Paris* e os *Manuscritos econômico-filosóficos*.<sup>10</sup> De acordo com Netto,

É ponto pacífico que ambos foram redigidos paralelamente, no curso do primeiro semestre de 1844: os *Cadernos* se abrem por volta de janeiro/fevereiro (uma página apensa a eles é um resumo do artigo que Engels enviou para os *Anais Franco-Alemães*), e os *Manuscritos* tomam corpo entre fevereiro/março e agosto [...]. É fato que a estrutura e a forma de ambos são diversas: os *Cadernos* certamente devem ser vistos como parte daquele “laboratório teórico” a que já aludimos: são anotações e extratos de leituras, glosas, pistas críticas e alguns desdobramentos analíticos, tudo sob uma forma que indica não ser material para publicação, mas para utilização futura; quanto aos *Manuscritos*, contêm elaborações teóricas muito mais bem desenvolvidas, delineando o projeto de um livro nunca editado, embora carentes da atenção formal que Marx sempre conferiu aos escritos que oferecia à apreciação pública (sabe-se do capricho dele com os textos que destinava à publicação). A íntegra desses dois conjuntos textuais só veio à luz postumamente, em 1932. Há diferenças entre eles, mas nenhuma que expresse discrepâncias substantivas; de fato, os dois conjuntos se complementam. (Netto, 2020, p. 133)

Estas obras expressam que a primeira aproximação marxiana à teoria da economia política seguiu o olhar crítico que havia sido dedicado por Engels em seu *Esboço*. Em ambas as obras, a menção ao texto engelsiano é realizada logo nos primeiros parágrafos, reconhecendo-o como um excerto substancial para a sistematização de seu

<sup>10</sup> Húngaro (2014) nos adverte que esta obra também é conhecida como os *Manuscritos* de 1844 e, até mesmo, como os *Manuscritos* de Paris. Todavia, tais nomenclaturas podem operar uma confusão com a outra obra paralelamente elaborada pelo filósofo alemão, os *Cadernos* de Paris. Desta forma, seguindo a escolha de Húngaro (2014), também nos reportaremos à referida obra pelo título com o qual foi publicado: os *Manuscritos econômico-filosóficos*.

“estudo crítico escrupuloso da economia nacional”. (Marx, 2017a, p. 238) Nas páginas inaugurais dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx também cita a relevância do socialismo francês, inglês e alemão na sistematização desta crítica, manifestando, no decorrer da obra, uma veemente oposição ao mundo burguês e a alienação econômica produzida pela propriedade privada. Assim, “o comunismo desponta como horizonte teórico de Marx como superação definitiva das formas degradadas de convivência humana [...]”. (Frederico, 2009, p. 142) Não podemos deixar de mencionar que o revolucionário alemão também faz referência à filosofia de Feuerbach, reconhecendo-a como um dos aportes teóricos que fundamenta as suas elaborações.

Para Lukács (2009), importa assinalar que as análises contidas nesta obra não estavam direcionadas apenas ao estudo da teoria da economia política, posto que também versavam sobre os fundamentos da filosofia hegeliana, objeto de investigação que já era alvo da atenção marxiana desde a sua tese de doutoramento. Isto posto, o que se observa nesta obra é o nascedouro de uma crítica da economia política e a continuidade de uma crítica aos fundamentos da filosofia hegeliana, de modo que ambas, em termos lukacsianos, se “*iluminam reciprocamente*”. Segundo o autor húngaro,

A análise crítica da filosofia hegeliana é aqui, mais uma vez, o ponto de partida necessário para que Marx desenvolva a nova metodologia. E não apenas porque, antes de mais nada, ele precisa criticar a mais alta forma de dialética até então elaborada; mas também porque a essência e a importância de Hegel, sua posição histórica, só se tornam inteiramente evidentes mediante o paralelo com a economia política clássica. E, vice-versa, somente à luz da dialética invertida de modo materialista é que as leis descobertas pelos economistas clássicos, no estágio mais avançado a que pôde chegar a ciência burguesa, recebem um sentido objetivo. Somente assim é que tais leis apontam para além do caráter limitado e contraditório do capitalismo como algo eterno, necessário e dado de modo natural. Por isso, as duas críticas são interligadas e é assim que aparece no pensamento de Marx. (Lukács, 2009, p. 180-181)

Desta forma, o estudo da economia e da filosofia em uma mesma obra não se tratou de uma simples junção de dois objetos que despertavam interesse no filósofo alemão, “[...] antes de mais nada porque Marx sublinha com ênfase a situação histórica similar destas duas orientações clássicas, já que reconheceu nelas a expressão burguesa ideologicamente mais elevada da sociedade capitalista com todas as suas contradições [...]”. (*ibidem*, p. 181) Por esse motivo, Lukács (2009) afirma que Marx inaugurou nos *Manuscritos econômico-filosóficos* a sistematização dos fundamentos de uma crítica dialético-materialista do pensamento clássico burguês, que consistia em, de um lado, identificar em que medida tais elaborações expressavam ou ocultavam as contradições desta sociabilidade e, de outro lado, verificar o solo histórico em que tais produções espirituais foram gestadas.

De acordo com Lukács (2009, p. 192), a crítica marxiana aos fundamentos da filosofia hegeliana se deteve, sobretudo, na obra *Fenomenologia do espírito*. Segundo o filósofo húngaro,

[...] Foi invocando a *Fenomenologia* que os jovens hegelianos, liderados por Bruno Bauer e Max Stiner, empreenderam a tentativa de influir a filosofia hegeliana num sentido puramente subjetivo, levando bem além do próprio Hegel a função mistificadora de sua metodologia idealista. O aniquilamento filosófico desta ala esquerda da escola hegeliana em decomposição, uma ala que se pretendia revolucionária, foi uma importante premissa não só para a fixação teórica do materialismo dialético, mas também para a consolidação e fortalecimento da ideologia política da revolução cuja preparação estava em curso na Alemanha. A crítica a Hegel, tal como desenvolvida nos *Manuscritos*, já contém uma declaração de guerra contra ‘o idealismo [dos jovens hegelianos], que expira sob a máscara da crítica (*ibid.*, p. 151), na qual já se anuncia o acerto de contas que virá mais tarde em *A sagrada família*. (Lukács, 2009, p. 192)

No que tange à economia política, Marx reconheceu os esforços empreendidos por Smith e Ricardo no estudo das leis econômicas, sobretudo porque suas obras conseguem expressar a brutal contradição em que se assenta esse modo de produzir a vida material, em que *o trabalho é tudo e o trabalhador não é nada*, “[...] ou seja, fazem corretamente derivar do trabalho todas as categorias econômicas, mas descrevem, ao mesmo tempo, um mundo no qual o portador do trabalho, o trabalhador, não é *nada*”.

(Lukács, 2009, p. 183) O limite destas elaborações reside na ausência de um trato conceitual e histórico das leis inerentes ao moderno fenômeno industrial, tomando-as como leis naturais e imutáveis. Nas palavras do próprio autor, esta teoria social “[...] dá como suposto o que deveria ser explicado [...]”. (Marx, 2017a, p. 127)

Segundo Frederico (2009), embora Marx estivesse se debruçando sobre os estudos desta teoria econômica, as suas análises se movimentaram muito mais no campo da reflexão filosófica, uma vez que “[...] a crítica definitiva da Economia Política pressupunha um conhecimento aprofundado dessa disciplina que o jovem aprendiz ainda não poderia ter [...]”. (*ibidem*, p. 132) Por esse motivo, o revolucionário alemão lança mão dos fundamentos da filosofia feuerbachiana, tomando-os como referência para a elaboração das duas críticas que se propõe a desenvolver na obra em tela – a primeira crítica à economia política e a continuidade de seu enfrentamento às bases da dialética de Hegel – que, conforme mencionado nos parágrafos anteriores, se iluminam reciprocamente.

Para o filósofo alemão, Feuerbach havia sido o único epígono hegeliano que conseguiu estabelecer uma relação crítica com a sua teoria, entendendo a necessidade de promover uma inversão materialista ao reconhecer a relação do homem com o homem como pressuposto basilar da teoria filosófica. Todavia, ao mesmo tempo em que suas ideias se aproximam de Feuerbach, sinalizam uma ruptura,<sup>11</sup> pois apresentam uma “[...] entonação destoante com o ideário feuerbachiano, mas afinada com os novos rumos do pensamento de Marx”. (*ibidem*, p. 188) O mesmo ocorre com a dialética de Hegel, de modo que o reconhecimento de seus avanços é acompanhado pela superação decisiva de seus idealismos. Esta obra representa, portanto, a constituição do pensamento marxiano mediante aproximações e distanciamentos ao materialismo empirista de Feuerbach e a dialética idealista hegeliana.

Mais do que isso, os *Manuscritos econômico-filosóficos* delimitam uma relevante inflexão em sua trajetória intelectual, em que se percebe um deslocamento “[...] do campo da filosofia para o campo da economia política – ou, com mais exatidão, para o campo da crítica da economia política, a que subjazem necessariamente fundamentos filosóficos”. (Netto, 2020, p. 116) A partir desse momento, as investigações desenvolvidas pelo revolucionário alemão levarão a cabo o projeto de se aprofundar nas categorias cunhadas pela economia política, mergulhando nas obras produzidas por seus clássicos. O aprofundamento nestas categorias foi o que lhe possibilitou, à luz da dialética materialista, conceder um trato histórico-conceitual ao moderno fenômeno industrial, concebendo-o como um estágio historicamente transitório.

### Considerações finais

Ao longo do estudo que ora encerramos, objetivamos demonstrar que o esforço empreendido por Marx no desvelamento de seu objeto de análise apresentava um *caráter ontológico*, isto é, o filósofo alemão preocupava-se, *antes de tudo*, em *apreender a essência do ser da ordem burguesa e seu respectivo modo de produzir a vida*. Diante disso, nos colocamos na contramão de uma concepção gnosiológica-epistemológica que tende a limitar o seu pensamento a um método de investigação. Não se trata de declarar que as sistematizações de caráter epistemológico estão ausentes do seu pensamento. Trata-se de afirmar que: *primeiro*, aquilo que o motiva a iniciar sua trajetória investigativa não é a elaboração de um tratado autônomo sobre método; *segundo*, a compreensão de seus poucos, mas ricos, apontamentos metodológicos exige a compreensão da totalidade de sua obra. (Húngaro, 2014)

Para caminharmos no intento deste estudo, optamos por abordar um período da vida do filósofo alemão, tratando, especificamente, do seu nascimento aos seus 25 anos de idade (1818 a 1844), dando ênfase ao processo de constituição do seu problema investigativo. O movimento analítico promovido por esse ensaio possibilita identificar que Marx não nasceu munido do arsenal categorial necessário à constituição do seu problema investigativo, tampouco do arsenal indispensável ao desenvolvimento das profundas e complexas análises por ele desenvolvidas. A retomada de sua trajetória é relevante para o compreendermos enquanto um sujeito pesquisador que se forma processualmente, a partir da particularidade histórica em que está inserido e das múltiplas relações que estabelece pelo caminho. O que se destaca nessa processualidade formativa é uma inquietação filosófica de caráter ontológico, que se manifesta

<sup>11</sup> Frederico (2009) aponta que a ruptura definitiva com Feuerbach ocorreu no ano seguinte.

desde a sua juventude, alcançando a forma de um problema investigativo no início de sua adultez, ao estabelecer os primeiros contatos com a ordem social burguesa e o sistema de produção capitalista.

### Referências

- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ENGELS, F. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977 [1850].
- FREDERICO, C. *O jovem Marx. 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- HÚNGARO, E. M. “A questão do método na constituição da teoria social de Marx”. In: SOUSA, S. V.; SILVA, M. A; CUNHA, C. (org). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados, 2014.
- LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia - o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. José Paulo Netto (trad.). São Paulo: Abril, 1982 [1899].
- LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto (orgs.). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2009.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider (trad.). São Paulo: Boitempo, 2018 [1984].
- LUKÁCS, G. *A destruição da razão*. Bernard Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Fortes (trad.). São Paulo: Instituto Lukács, 2020 [1954].
- MARX, K. Carta ao Pai em Tréveris. José André Lôpez Gonçalez (trad.). *Arquivo Marxista na Internet*, 2021 [1837]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1837/11/10.htm>. Acesso em: 07/05/2026.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Florestan Fernandes (trad.). São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1856].
- MARX, K. *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. Rubens Enderle e Leonardo de Deus (trad.). São Paulo: Boitempo, 2013 [1843].
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Luciano Cavini Martorano (trad.). São Paulo: Martins Claret, 2017a [1844].
- MARX, K. *Os despossuídos. Debates sobre a lei referente ao furto da madeira*. Nélio Schneider e Mariana Echalar (trad.). São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, K.; FRIEDRICH, E. *A ideologia alemã*. Frank Müller (trad.). São Paulo, Martin Claret, 2011 [1932].
- NETTO, J. P. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- NETTO, J. P. Apresentação. In: LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider (trad.). São Paulo: Boitempo, 2018 [1984].
- NETTO, J. P. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

Recebido em 26 de dezembro de 2025

Aprovado em 27 de abril de 2026